



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



PROCESSO	11274.720282/2022-85
ACÓRDÃO	3101-004.400 – 3ª SEÇÃO/1ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA
SESSÃO DE	11 de dezembro de 2025
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/01/2018 a 31/12/2019

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. AUTARQUIA MUNICIPAL. PASEP.

As autarquias são contribuintes do PASEP, tendo como base de cálculo o valor mensal das receitas correntes arrecadadas, inclusive as que tenham sido arrecadadas, no todo ou em parte, por outra entidade de direito público interno, e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências efetuadas a outras entidades públicas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Assinado Digitalmente

Renan Gomes Rego – Relator

Assinado Digitalmente

Gilson Macedo Rosenburg Filho – Presidente

Participaram do presente julgamento os conselheiros Renan Gomes Rego, Laura Baptista Borges, Ramon Silva Cunha, Luciana Ferreira Braga, Matheus Schwertner Ziccarelli Rodrigues, Gilson Macedo Rosenburg Filho (Presidente).

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra o Acórdão nº 101-025.338, proferido pela 13ª Turma da DRJ01 na sessão de 10 de agosto de 2023, que julgou improcedente a impugnação, mantendo o crédito tributário exigido.

O presente processo versa sobre auto de infração para cobrança de PIS/Pasep, com acréscimo de multa de ofício de 75%, incidente sobre as receitas correntes arrecadadas, as receitas de transferências correntes recebidas e as receitas de transferências de capital recebidas.

Segundo a autoridade fiscal, ficou comprovado que a Recorrente não declarou e nem recolheu a totalidade das receitas, em especial, as receitas de contribuição previdenciária patronal e dos servidores administrados pela autarquia.

Consta Manifestação de Inconformidade de folhas 799 a 806.

Sobreveio decisão de primeira instância, ratificando a autuação fiscal, nos termos do acórdão de folhas 812 a 819.

Em Voluntário, a Recorrente que o julgador a quo não enfrentou os argumentos lançados na defesa, que todos os valores utilizados na base de cálculo são ingressados no RPPS e vinculados ao pagamento de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, de modo que a autarquia não tem qualquer disponibilidade sobre eles. Cita decisão do STF na qual define que todos os ingressos que não integram no patrimônio na condição de elemento novo e positivo, sem ressalvas ou condições, não configuram efetiva receita.

É o relatório.

VOTO

Conselheiro **Renan Gomes Rego**, Relator

O Recurso Voluntário é tempestivo e reúne os demais requisitos de admissibilidade, de modo que admito seu conhecimento.

A lide se concentra em saber se as contribuições patronais recebidas pelo Regime Próprio de Previdência - RPPS se enquadram no conceito de operação intraorçamentária, devendo compor a base de cálculo do PIS/PASEP.

Segundo o Fisco, tais contribuições são transferências entre entes públicos distintos, sendo *despesas* intraorçamentárias para o ente municipal (pagador) e *receitas* intraorçamentárias para o regime próprio (recebedor), no caso a autarquia municipal.

Por outro lado, a Recorrente defende que a autarquia municipal é mera administradora e gestora de tais recursos, e os ingressos ao regime próprio são vinculados ao

pagamento de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, de modo que não tem qualquer disponibilidade sobre os valores.

Melhor sorte não assiste à Recorrente.

A questão posta para resolução encontra-se no âmbito da Lei nº 9.715/1998, que é a legislação aplicável à contribuição ao PIS/PASEP dos entes públicos:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, de que tratam o art. 239 da Constituição e as Leis Complementares no 7, de 7 de setembro de 1970, e no 8, de 3 de dezembro de 1970.

Art. 2º A contribuição para o PIS/PASEP será apurada mensalmente:

I - pelas pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do imposto de renda, inclusive as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, com base no faturamento do mês;

III - pelas pessoas jurídicas de direito público interno, com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.

Verifica-se que a base de cálculo desta contribuição é dada pelo artigo 7º da referida Lei:

Art. 7º Para os efeitos do inciso III do art. 2º, nas receitas correntes serão incluídas quaisquer receitas tributárias, ainda que arrecadadas, no todo ou em parte, por outra entidade da Administração Pública, e deduzidas as transferências efetuadas a outras entidades públicas.

Referidos dispositivos legais vieram a ser regulamentados pelo Decreto nº 4.524/2002, também de observância obrigatória por parte deste Colegiado, merecendo destaque as seguintes prescrições:

Art. 67. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas autarquias são contribuintes do PIS/Pasep incidente sobre as receitas correntes arrecadadas e transferências correntes e de capital recebidas (Lei nº 9.715, de 1998, art. 2º, inciso III).

Parágrafo único. A contribuição é obrigatória e independe de ato de adesão ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio de Servidor Público.

Nos autos, resta incontroverso que a Recorrente é autarquia e gestora dos valores relativos às contribuições patronais do RPPS. Também é inquestionável que as cotas patronais são arrecadadas pelo município e transferidas para a autarquia, a título de operações intraorçamentárias. Vale dizer, tais transferências são receitas da autarquia, inseridas no contexto de transferências correntes e de capital recebidas.

Nesse sentido, observa-se, pela leitura do artigo 7º da Lei em comento, que, para fins da apuração da base de cálculo do PASEP, **nas receitas correntes serão incluídas quaisquer receitas tributárias, ainda que arrecadadas, no todo ou em parte, por outra entidade da Administração Pública.**

Ou seja, a contribuição ao RPPS retida do servidor pelo município e transferida à autarquia não é receita corrente do município, pois é deduzida como transferência a outra entidade pública. Por outro lado, é receita da autarquia, pois se considera receita corrente ainda que arrecadada por outra entidade da administração pública.

Dessa forma, transpondo tal entendimento ao caso dos autos, entendo que deve prevalecer o entendimento adotado pela DRJ, devendo os valores relativos às contribuições patronais do RPPS, efetivamente arrecadados e transferidos pelo ente municipal à autarquia gestora, serem incluídos na base de cálculo do PIS/PASEP desta entidade.

Nesse sentido, jurisprudência assentada nesta Turma na sessão de 27 de novembro de 2024:

ACÓRDÃO 3101-003.948:

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Ano-calendário: 2015, 2016, 2017, 2018

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. AUTARQUIA MUNICIPAL. PASEP.

As autarquias são contribuintes do PASEP, tendo como base de cálculo o valor mensal das receitas correntes arrecadadas, inclusive as que tenham sido arrecadadas, no todo ou em parte, por outra entidade de direito público interno, e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências efetuadas a outras entidades públicas.

Destaco ainda outras decisões do Conselho Administrativo:

3302-009.245 – 3ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 31/01/2003 a 31/12/2007

BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES. AUTARQUIAS.

A base de cálculo da Contribuição ao PIS / PASEP das Autarquias abrange o valor mensal das receitas correntes arrecadadas, subtraindo-se apenas as receitas do tesouro nacional nos orçamentos fiscal e da seguridade social da União.

Acórdão nº 3301-004.806 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/08/2005 a 31/12/2005

AUTARQUIA. BASE DE CÁLCULO.

As autarquias devem recolher a Contribuição para o Pasep sobre o valor mensal das receitas correntes arrecadadas, inclusive as que tenham sido arrecadadas, no todo ou em parte, por outra entidade de direito público interno, e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências efetuadas a outras entidades públicas.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL RECEBIDAS. TRIBUTAÇÃO. INCIDÊNCIA CUMULATIVA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

Para que não incida a contribuição para o Pasep sobre as transferências correntes e de capital recebidas pela entidade autárquica, deve ficar configurada a existência da incidência cumulativa da contribuição, ou seja, o valor transferido já ter sido tributado anteriormente e não ter sido deduzido da base de cálculo da entidade que efetuou a transferência no mês em que esta foi efetuada.

Diante do exposto, voto por **negar provimento** ao Recurso voluntário.

É como voto.

Assinado Digitalmente

Renan Gomes Rego